



Artigo curto

Anna Cruz

ABIN

ORCID [0009-0005-9679-0338](https://orcid.org/0009-0005-9679-0338)

SOBRE QUEBRA-CABEÇAS, MISTÉRIOS, FORÇA E OUTROS JOGOS ATUAIS DA INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA: A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONSOLE?

<https://doi.org/10.58960/rbi.2026.21.314>

Cruz, Anna. 2026. "Sobre quebra-cabeças, mistérios, força e outros jogos atuais da Inteligência estratégica: a Inteligência artificial no console?," Revista Brasileira de Inteligência (ABIN) 21: e2026.21.314. <https://doi.org/10.58960/rbi.2026.21.314>.

Recebido em 18/05/2026
Aprovado em 20/07/2026
Publicado em 04/08/2026

Introdução

Ainda que esteja presente, mesmo que de modo pré-institucional, em organizações humanas muito antigas (Gill e Phythian 2016) para apoio a decisões estratégicas em contextos adversariais e de incerteza, a atividade de inteligência encontra no século XXI, a despeito de sua evolução nos campos teórico, prático e burocrático, uma persistente imprecisão sobre sua própria definição.

Gill e Phythian (2016) pontuam que a questão é revisitada distinguindo funções centrais de periféricas, sob luz normativa ou descritiva, buscando entendê-la como organização, como processo ou como conhecimento, mas uma nota razoavelmente perene é que se parte de uma presunção realista, centrada em Estados e na perspectiva de obtenção de vantagem decisória.

As bases não são estáveis e talvez não venham a ser justamente por essa via realista. Histórica e localmente disputados, os meios, as interpretações sobre ameaças e oportunidades, os limites legais e seus compromissos com o usuário imediato (o político) e mediato (o povo) podem ser ambíguos porque assim servem melhor como instrumentos de poder, sobretudo se precisam operar no plano internacional em meio a muitas desigualdades e opacidades.

Mas é também possível admitir que as bases não são estáveis e talvez não venham a ser enquanto não houver e durar uma construção nacional acerca das categorias que importam à atividade: o que são segurança e interesse nacionais, inteligência para proteção de direitos individuais e para proteção da soberania, segredo e transparência, agir e reagir, analisar e influenciar, etc. Agrell (2012), mirando o futuro, exemplifica com paradigmas distintos: Guerra Fria nos anos 80, visão de segurança ampliada nos anos 90, contra-terrorismo pós-11/9 – *"Intelligence is constantly restarted throughout history"* (Agrell 2012, 121)

Por um lado, não é de fato preciso chegar a uma resposta "certa" ou "definitiva" e as diferentes correntes de pensamento instruem a prática porque explicitam escolhas, lacunas, tensões entre proibido e permitido, escopo e não-escopo, pedidos válidos e pedidos distorcidos. Por outro, é importante haver, ainda que provisória, uma resposta de consenso, muitas vezes representada pela "solução oficial nativa" (Cruz 2025); entretanto, não bastasse a complexidade secular da tarefa, é adicionado agora um novo elemento, a inteligência artificial.

A inteligência artificial tem caráter "desforcímetro" bem conhecido, pois im-

pacta processos de trabalho dos profissionais de inteligência, ampliando e agilizando coleta, massificando fontes, permitindo mais fácil identificação de padrões, reconhecimento de tendências e processamento de grandes volumes de dados, tudo a custo baixo e, ao menos objetivamente, sem fadiga humana.

A inteligência artificial desafia práticas de agentes de inteligência na geração de hipóteses e sugestões de insights que exigem postura de validador crítico que não cede à terceirização cognitiva; desafia o craft, a experiência artesanal, quasi-arte, que domina a profissão tradicionalmente; desafia controles democráticos estabelecidos ao viabilizar automatização de coleta, autonomia de sistemas, naturalização de vieses, aumento de escala para acompanhamento de alvos ou quando insere a variável algorítmica na reunião de insumos.

Além do efeito técnico multiplicador de velocidade e capacidade e da pouca transparência no caminho dos dados, além dos efeitos do campo do “como”, há muitos outros aspectos novos no controverso campo d’ “o quê”.

A produção de sentidos e, por consequência, de realidades de trabalho para a inteligência (Treverton 2001) é nuclear na atividade. Esse “fazer sentido” tem sido, até o momento, derivado de labor analítico criterioso realizado por pessoas, no caso do Brasil, concursadas e submetidas às normas brasileiras. Tal modelo já supera a lógica de escassez de insumos, de busca por “peças faltantes” no quebra-cabeças, admitindo que o problema pode ser antes interpretativo, de conectar pontos (inclusive já conhecidos) em um enquadramento plausível.

No entanto, a inteligência artificial estressa novamente o modelo, pois inclui outros participantes, alguns invisíveis, na curadoria de aspectos a conhecer e na criação de outputs com sentidos atribuídos a eles – assim, a atividade torna-se menos vinculada a Estados, à medida que há empresas detentoras de corpora, do modelo de seu tratamento e indutoras de suas aplicações. Isso não é, efetivamente, apenas uma mudança de rotina, nem de sindicabilidade, de métodos e fontes, nem somente uma atualização de modos de deception; é tudo isso e é mudança ontológica.

Em relação a tecnologias, Agrell (2012) pondera que embora seu impacto social seja constante, ele advém de diferentes origens: no século XIX, a tecnologia era produto de invenções, engenharia, empreendimento industriais, no século seguinte vinha de esforços comerciais, inclusive multinacionais, e hoje os atores, as instituições, os procedimentos, o consumo e a lógica envolvidos afetam o meio em que a atividade de inteligência se desenvolve, seus méto-

dos, objetos e objetivos, em um sistema sócio-técnico intenso (Ausín 2021).

É hora, então, de analisar como a expansão da inteligência artificial afeta estruturalmente a atividade de inteligência e, mais especificamente, a hipótese de seu incremento em capacidades de coleta, análise, interpretação e redação de conhecimentos textuais pressionar os serviços de inteligência para a valorização de capacidades em busca, obtenção de dados negados e operações interventoras.

Uma nova paisagem implica uma nova natureza?

A leitura realista sobre a natureza da atividade articula a centralidade do Estado com a necessidade de obtenção de vantagem decisória, missão da atividade de inteligência. A vantagem pode advir classicamente por resolução de “puzzle” ou de “mystery” (Treverton 2001), isto é, aqueles cuja resposta do tipo “declaratória” depende de mais informação, ainda que informação secreta, e que usualmente refere-se a fatos e situações já acontecidos (ex.: quantos mísseis determinado país tem?) ou os outros, cuja resposta é do tipo “constitutiva”, um produto de interpretação e avaliação de probabilidades (ex.: o país X apoiaria a derrubada do regime no país Z promovida pelo país Y?), usualmente sobre fatos e situações futuros.

Qualquer que seja o problema, no âmbito da inteligência estatal é preciso que o conhecimento produzido ajude a tomar decisão bem informada, oportuna, soberana, livre e que traga benefício ao país.

A inteligência artificial, “desforcímetro” que é, incrementa a capacidade de solucionar quebra-cabeças, mas complexifica os riscos na elucidação de mistérios se os trata como problemas determinísticos e cuja resolução já se encontra em um banco de registros anteriormente montado.

Daí, a busca de dados negados em contextos operacionais recrudesce em importância: além de disciplinar e qualificar as interpretações possíveis, o dado negado, protegido por seu detentor, não está em banco de dados aberto, é alheio ao alto processamento, à ampla coleta e às inferências da inteligência artificial e pode iniciar análises que, sem eles, jamais se constituiriam problemas de inteligência porque estavam ainda em ponto cego – potencialmente, inclusive offline.

É possível uma reorganização institucional, com concentração de esforços e recursos em domínios que são humanos e, de outra feita, de aproveitamento

daquilo em que se beneficia com processamento, identificação de padrões, velocidade e replicabilidade de máquina – são humanos, por exemplo, a antecipação de futuros prováveis, obtenção de dados indisponíveis e auxílio ao Estado para realização do futuro desejável (Cruz 2026).

Trata-se também de uma mudança de contexto global em que os serviços operam, onde a IA é ferramenta e ator. Como agente, a IA cria categorias, produz sob vieses mascarados, automatiza análises com opacidade que lhe alça à posição de poder, já que cidadãos “não têm como compreender, questionar ou contestar” e tampouco participam como pares deliberativos de debates de grandes corporações tecnológicas sobre regulamentação ou estruturação (Hora 2025). Curioso notar que críticas sobre baixa transparência foram endereçadas historicamente à atividade de inteligência, que, atualmente, busca promoção de auditabilidade, rastreabilidade e conformidade como atributos indispensáveis (Corrêa 2024).

Nesta nova cena, as complexidades que a atividade de inteligência tem de enfrentar mudam, afinal, se o mundo muda, a cultura analítica (Johnston 2005) também precisa mudar, inclusive a partir da dimensão organizacional.

Quebra-cabeças, mistérios, cabo de guerra e a força...online

Os problemas de inteligência se atualizam e se antes a falta de informação era crítica para problemas do tipo “quebra-cabeças” e se a falta de rigor analítico permitia raciocínios frágeis para os do tipo “mistério”, agora outras questões se apresentam.

Frequentemente, as próprias estruturas de inteligência geram problemas – não “temáticos”, mas estruturais. As disputas e a fragmentariedade de organismos que compõem um sistema de inteligência, a desintegração entre análise e operações e a assimetria entre controladores e controlados representam problemas do tipo “cabo de guerra” em que o objetivo é cooperar, coordenar e encontrar equilíbrio - mas apenas entre os que estão do mesmo lado. Tais contingências não são ameaças externas, não são lacunas de conhecimento, nem objeto de relatórios, mas são chave para o funcionamento da atividade de inteligência.

O “cabo de guerra” se apresenta em outras situações e também geram dificuldades para análise, por exemplo, quando da tensão entre segredo e eficácia, rapidez e correção, repórter de inteligência corrente e scholar de inteligência prospectiva, expertise em áreas e extensiva em método (Johnston 2005).

Nesses casos, o objetivo seria um ponto de equilíbrio em que o cabo não se rompesse, pois a integridade dele é, afinal, a saúde da atividade.

Importante dizer que o “manual do jogo”, seja ele qual jogo for, é a lei nacional, pois é ela que define o funcionamento da atividade de inteligência. No entanto, a regra do jogo jogado é muito mais complexa, pois compreende paradigmas organizacionais não escritos, cultura avessa ao risco, aversa a críticas, baseada mais em tradições bem sucedidas que em métricas que permitam acúmulo e aprendizado formal e ainda práticas relacionais dos grupos, recursos orçamentários, incentivos e desincentivos para carreiras, treinamento para profissionais e sua doutrina, crenças sociais sobre o ofício (Johnston 2005).

Johnston (2005) sinaliza que a literatura sobre análise de inteligência tende a ser muito pessoal e idiossincrática, uma abordagem que faz com que cada autor sugira um modo de resolver os problemas analíticos. A fim de evitar esse perigo, a utilidade de assumir que estamos diante de novos problemas do tipo “força” não estaria, então, em propor mais um método e sim retomar um elemento fundamental da atividade, o elemento de operações.

Problemas do tipo “força” têm, assim proponho, características de um ambiente adversarial, com grande capacidade de engano, em que letras faltam (como no puzzle), mas são deliberadamente escondidas por um opositor que as detêm (como dados negados), desvendá-las exige formulação de hipóteses plausíveis a partir de um contexto (como mystery) e as hipóteses são testadas, mas erros têm custos porque não estamos, afinal, em um ambiente neutro. Então, a “força” abrange os clássicos problemas, subindo, contudo, alguns níveis de complexidade ao explicitar contexto competitivo, dados negados e manipulações, e ainda a necessidade de estratégia para lidar com tudo isso. “Força”, neste sentido, é uma “síndrome” do nosso tempo, um regime de problemas simultâneos.

Quando a IA gera, em escala e de forma automatizada, informações falsas cada vez mais indistinguíveis das reais, quando incorpora vieses e preferências do usuário ou da organização e traz outros de modos tão sutis que passam a ser assumidos como genuínos pelos operadores, quando é infraestrutura vulnerável a ataques e embaralhamentos (injeção de prompts, envenenamento de dados, divulgação de informações confidenciais, p.ex), torna-se o espaço do jogo, um jogador no jogo, o moderador do jogo e o controle do jogo, numa espécie de “força online” bastante desafiadora.

De modo geral, a presença de método e documentação para a resolução de

problemas faz com que se evitem os riscos de julgamentos intuitivos (Johnston 2005) e que os raciocínios possam ser estruturados, auditados e revisitados para serem melhorados. Especificamente, na analogia da força, se não forem anotadas as letras já tentadas e falhadas na resolução, provável que insistamos no erro de repeti-las – esse é um paralelo com o papel de registro, memória e desenvolvimento analítico profissional, comumente feito por escolas e centros de treinamento (Cruz e Cepik 2024). Mas é preciso ainda mais refinamento analítico: além do opositor identificável, há complexidades sistêmicas; além da dificuldade da ameaça em si, há a mediação algorítmica que pode ou não ser parte intencional do problema; além da novidade que se apresenta, há de se lidar com os métodos tradicionais e formas de comunicação que ficam impactados por ela.

Uma nova paisagem, uma velha natureza

Na paisagem tão incerta proporcionada pela IA, os dados negados obtíveis em operações de inteligência voltam a ter importância diferencial. Eles servem não apenas para suprir lacunas informacionais, como também para validar insumos informacionais que podem não ser mais confiáveis.

A vantagem decisória propiciada pela obtenção desses dados mais sensíveis e estratégicos não é replicável por análise, mesmo a mais criteriosa, se feita apenas com dados abertos, mesmo que dados abertos muito importantes e combinados de maneira muito rigorosa e inédita. Isso não é dizer que uma é melhor que a outra, e sim que não são a mesma coisa; é “pior” tentar resolver um quebra-cabeças como se fosse força ou vice-versa.

De fato, há problemas graves que são resolvidos com providências simples e as operações, que demandam atuação sigilosa e são potencialmente arriscadas (Brasil 2023), não são o primeiro recurso a ser acionado na atividade de inteligência. Há também problemas graves, que, apesar de contarem com os melhores dados para sua resolução, persistem insolúveis por questões pedrestes do tipo “cabo de força” organizacional – gargalos na difusão, desconfiança entre áreas, por exemplo.

Há também um custo alto para operações em busca de dados negados, um custo que é tanto econômico quanto político e potencialmente jurídico e social. Não é banal nem tem condão de panaceia abrir operações, mas também não deve ser tabu fazê-lo, porque operações são parte constitutiva da atividade de inteligência e porque há um conjunto de problemas que depende delas para elucidação.

Aqui ainda estamos tratando, em específico, das operações a serem integradas à análise para a função informacional da atividade de inteligência. Há uma outra projeção sua, performática, em que cria eventos (Brasil 2023) para contraposição a ações adversas. Nesse contexto de ampliação de incertezas e adversidades da IA, operações executoras, performáticas, também ganham importância, pois podem garantir que a finalidade da atividade de inteligência seja cumprida.

Atividade de inteligência é assessoramento para tomada de decisão estratégica bem informada e livre (Cruz 2026). Garantir as condições de liberdade da decisão é algo que frequentemente cabe às operações performáticas, desorganizando adversários, revelando intenções ilegítimas, estabilizando solos movediços; garantir as condições de diminuição de incerteza para decisão é algo que frequentemente cabe às operações informacionais. Sejam informacionais ou executoras, as operações de inteligência voltam à centralidade da atividade de inteligência neste momento de incertezas críticas e sistêmicas – e põem no centro também os questionamentos democráticos que sempre lhes acompanham.

Conclusão: aprendendo a jogar

A inteligência artificial impacta profundamente os modos de desempenhar a atividade de inteligência, coleta, análise, difusão, mas também não é desprezível seu impacto estrutural sobre ela. Muito além de rapidez e capacidade de processamento, seus surgimento e importância onipresente reforçaram o papel de atores não-estatais na atividade, quebraram nichos de exclusividade e revelaram o ambiente atual como eminentemente adversarial e iminente a romper.

É neste contexto que um novo tipo – ou, mais precisamente, um novo “regime”, uma “síndrome” – de problema aparece e as operações de inteligência são fundamentais para respondê-lo: problemas “força” são complexos, próprios de onde há jogo de competição estratégica, em que o oponente ativamente esconde, distorce ou manipula dados faltantes, induzindo, sob pressão das pistas falsas e do tempo crescentemente escasso, a erros vitais.

A “força” é um modelo teórico que explicita a necessidade de soluções humanas mesmo quando a IA é pervasiva, seja obtendo dados deliberadamente negados, seja reestabelecendo confiança por meio de validação, seja integrando análise, contrainteligência e operações.

A complexidade da “força” reenquadra a importância das operações de inteligência. Não se trata de uma relação de causalidade simples em que a IA estimula o fortalecimento de operações, nem de buscá-las para preservação de uma justificativa para sobrevivência da atividade, nem tampouco de quaisquer operações (encobertas, clandestinas, para intervenção em realidade ou para busca de pedaços de informação). Trata-se antes de uma realidade emergente, híbrida como agente e ferramenta, socio-técnica, que demanda reorganização e volta ao princípio da atividade; uma mudança com potenciais implicações no ambiente, na produção de conhecimento, nas ameaças enfrentadas, no controle e nas normas existentes.

Tocada pela inteligência artificial, a atividade de inteligência reencontra sua finalidade naquilo que compõe sua definição íntima: o que não é sabido publicamente, o que não é alcançável por qualquer cidadão, o que depende de técnicas especializadas para ser obtido e para ser protegido – e, como consequência dessa especificidade, o que representa uma vantagem real para o decisor e uma força estatal.

Referências

- Agrell, Wilhelm. 2012. "The Next 100 Years? Reflections on the Future of Intelligence." *Intelligence and National Security* 27 (1): 118–132. <https://doi.org/10.1080/02684527.2012.621601>.
- Ausín, Txetxu. 2021. "¿Por qué ética para la inteligencia artificial? Lo viejo, lo nuevo y lo espurio." *Sociología y Tecnociencia* 11 (Extra 2): 1–16.
- Brasil. 2023. Doutrina da Atividade de Inteligência.
- Corrêa, Luiz Fernando. 2024. "25 anos da ABIN: Redirecionamento, Reorganização e Reposicionamento." In *Inteligência na Democracia: Desafios e Perspectivas para a Agência Brasileira de Inteligência*. Brasília: ABIN.
- Cruz, Anna, and Marco Cepik. 2024. "O papel da Escola de Inteligência da ABIN: uma reflexão." Chap. 7 in *Inteligência na Democracia: Desafios e Perspectivas para a Agência Brasileira de Inteligência*. Brasília: ABIN.
- Cruz, Anna. 2025. "A atividade de inteligência no ecrã." *O Estado de S. Paulo*, November 24, A4.
- Cruz, Anna. 2026. "Inteligência adaptativa." *A Terra é Redonda*. March 7. <https://aterraeredonda.com.br/inteligencia-adaptativa/>. Accessed March 31, 2026.
- Gill, Peter, and Mark Phythian. 2016. "What Is Intelligence Studies?" *The International Journal of Intelligence, Security, and Public Affairs* 18 (1): 5–19. <https://doi.org/10.1080/23800992.2016.1140207>.
- Hora, Nina. n.d. "A opacidade da inteligência artificial como arquitetura do poder." *MIT Technology Review Brasil*. https://mittechreview.com.br/opacidade-algoritmica-democracia-ia/?srsltid=AfmBOooWM_-Ou-9c7pxUvwRKt2258wAL92K1vLe8dk5HmacBVAc8uiTts. Accessed March 31, 2026.
- Johnston, Rob. 2005. *Analytic Culture in the US Intelligence Community: An Ethnographic Study*. <https://www.cia.gov/resources/csi/static/Analytic-Culture-Intelligence-Community.pdf>. Accessed April 7, 2026.
- Treverton, Gregory F. 2001. *Reshaping National Intelligence for an Age of Information*. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN 978-0521807524.